

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.594 - SP (2018/0331397-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : ANA CLAUDIA DE SOUSA - SP208990  
DANIEL SEGATTO DE SOUSA E OUTRO(S) - SP176173  
EDERSON ALÉCIO MARCOS TENÓRIO - SP240694  
**RECORRIDO** : ISABELA BALDAN GIANNINI - POR SI E REPRESENTANDO  
**RECORRIDO** : PEDRO BALDAN NETO  
**ADVOGADO** : CARLOS ADROALDO RAMOS COVIZZI - SP040869

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S. A. com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 460):

*\* INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS - HABILITAÇÃO INDIVIDUAL -A consumidora, titular dos direitos individuais homogêneos, beneficiária do título executivo havido na ação civil pública, pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio - Desnecessidade de que a habilitação seja proposta no Juízo perante o qual foi distribuída a ação coletiva -A eficácia do r. decisum é erga omnes.*  
*CONTRATO BANCÁRIO - CADERNETA DE POUPANÇA -Descabimento da suspensão da fase do cumprimento da r. sentença - A prévia liquidação do julgado é de todo dispensável - Inteligência do artigo 475-B do Código de Processo Civil - Incidência da multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor restante da dívida - Cabimento - Aplicação do § 4º do artigo 475-J do aludido diploma legal - Alegação acerca da impossibilidade do levantamento dos valores depositados - Descabimento - Inexistência da determinação neste sentido - Ausência do legítimo interesse recursal - Litigância de má-fé caracterizada - Interposição do recurso com intuito manifestamente protelatório - Aplicação do inciso VII, do artigo 17 do Estatuto Adjetivo Civil - Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, improvido, com observação. \**

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 2º-A da Lei 9.494/1997; 16 da Lei 7.374/1985; 189 e 397 do CC/2002; 17, 219, 473, 475, 475-A, 475-E e 535 do CPC/1973, além de dissídio jurisprudencial.

Alega, em suma, os seguintes aspectos: a) omissão do Tribunal de origem quanto à alegada obscuridade na aplicação da multa por litigância de má-fé, diante da ausência de dolo na conduta do recorrente; b) ilegitimidade ativa, tendo em vista a ausência de comprovação de qualquer relação do recorrido com o IDEC; c) necessidade de prévia liquidação da sentença proferida na ação civil pública; d) impossibilidade de incidência da multa por litigância de má-fé e por manejo de recurso protelatório; e e) ofensa à coisa julgada e sua abrangência territorial.

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto à aplicação da multa por litigância de má-fé, observa-se que o Tribunal de origem afirmou que a interposição de agravo de instrumento contra a decisão de primeiro grau constituir-se-ia em litigância de má-fé, por reconhecer que o pedido seria manifestamente protelatório.

A avaliação feita pela instância ordinária, observável *ictu oculi* e que, por isso mesmo, prescinde do reexame do contexto fático-probatório, não corresponde a compreensão externada pela jurisprudência desta Corte.

Com efeito, o agravo de instrumento é cabível contra as decisões interlocutórias proferidas em primeiro grau de jurisdição.

Além disso, para que seja caracterizada a litigância de má-fé, capaz de ensejar a imposição da multa, é necessária a intenção dolosa do litigante. Vale dizer, *"a simples interposição de recurso não caracteriza litigância de má-fé, salvo se ficar comprovada a intenção da parte de obstruir o trâmite regular do processo (dolo), a configurar uma conduta desleal por abuso de direito"* (AgInt no AREsp 1.427.716/PR, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe 3/5/2019).

Assim, o não provimento do agravo de instrumento na origem não justifica, baseado nesse único aspecto, a imposição de multa por litigância de má-fé.

No que concerne ao afastamento da multa por oposição de embargos protelatórios, o inconformismo também merece prosperar.

O parágrafo único do art. 538 do CPC/1973 dispõe que, *"quando manifestamente protelatórios os embargos, o juiz ou o tribunal, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente de 1% (um por cento) sobre o*

*valor da causa*".

A condenação prevista no citado dispositivo legal pressupõe que os embargos de declaração sejam manifestamente protelatórios, ou seja, a aplicação da multa será cabível quando houver notório propósito de protelar a solução da demanda e a duração do processo.

Efetivamente, na esteira dos precedentes desta Corte, os aclaratórios que objetivam prequestionar as matérias a serem submetidas às instâncias extraordinárias não se revestem de caráter procrastinatório, devendo ser afastada a multa prevista no art. 538 do Código de Processo Civil (Súmula 98/STJ).

Na hipótese dos autos, não se evidencia o intuito de procrastinação na conduta processual da parte recorrente, visto que foi oposto apenas um recurso de embargos contra o acórdão proferido pelo Tribunal local, o que, a princípio, não implicaria aplicação da referida multa.

Em relação à ilegitimidade ativa e à eficácia territorial dos efeitos da sentença coletiva, o entendimento do acórdão proferido pelo Tribunal de origem está em consonância com a orientação desta Corte, a atrair a incidência da Súmula 83/STJ.

Com efeito, esta Corte possui jurisprudência firmada no âmbito de julgamento de recurso especial repetitivo de que *"a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal"*.

O mesmo julgado também assinala que *"os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9,*

*pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.*" (REsp 1.391.198/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 2/9/2014; Temas 723 e 724)

Noutro vértice, observa-se que o Tribunal local considerou desnecessária a prévia liquidação da sentença, com fundamento na possibilidade de apuração do débito mediante simples cálculos aritméticos, senão vejamos (e-STJ, fls. 463/464):

*"No que tange à necessidade da prévia liquidação, cumpre observar o disposto no artigo 475-B do Código de Processo Civil: "Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo."*

*Nesse mesmo sentido é a orientação do mestre Araken de Assis: "*

*"A rigor, contendo a sentença todos os elementos necessários para efetuar o cálculo, não há iliquidez. Esta hipótese corresponde, no direito português, à liquidação pelo exequente: na petição inicial da execução, utilizando os dados do próprio título, o credor apresenta memória de cálculo". (grifamos)*

*In casu, a quantificação do débito depende de meros cálculos aritméticos, tal como constante da planilha atualizada juntada pela credora às fls. 88/102, razão pela qual a prévia liquidação da r. sentença é de todo dispensável."*

Segundo a orientação jurisprudencial do STJ, é necessária a prévia liquidação de sentença proferida em ação coletiva para apuração do *an debeatur* e do *quantum debeatur*, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. 1. LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECONHECIMENTO. 2. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. POSSIBILIDADE. 3. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. Nos termos da jurisprudência da Segunda Seção do STJ, "a instituição financeira depositária é parte legítima para figurar no pólo passivo da lide em que se pretende o recebimento das diferenças de correção monetária de valores depositados em cadernetas de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários*

*dos Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II" (REsp 1.147.595/RS [art. 543-C do CPC/1973], Rel. Min. Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 8/9/2010, DJe 6/5/2011).*

*2. Há necessidade de prévia liquidação de sentença proferida na ação coletiva para apuração do an debeatur e do quantum debeatur, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial. Entendimento firmado no REsp n. 1.247.150/PR (art. 534-C do CPC/1973). É possível que as instâncias ordinárias regularizem o vício formal, notadamente quando ausente qualquer prejuízo para a instituição financeira devedora.*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 648.540/PR, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, DJe de 13/6/2019)*

*"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVADA. 1. Em sendo a sentença proferida em sede de ação coletiva, a qual condenou o banco ao pagamento de expurgos inflacionários sobre caderneta de poupança, desprovida da liquidez necessária ao cumprimento do comando sentencial, forçoso se mostra a apuração da titularidade do crédito e do quantum debeatur mediante a liquidação de sentença, individualizando-se a parcela devida à exequente. Súmula 83/STJ.*

*2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 467.435/SP, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, DJe de 26/10/2015)*

Desse modo, constatada a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ, nos termos já declinados, é impositivo o provimento do recurso especial no tópico.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a aplicação das multas previstas nos arts. 17 e 538, parágrafo único, do CPC/1973, bem como para determinar a realização de liquidação da sentença coletiva exequenda previamente à sua efetiva execução.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília/DF, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator